

RECURSO ESPECIAL Nº 1.843.701 - AC (2019/0312262-0)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
RECORRENTE : BANCO VOLKSWAGEN S.A.
ADVOGADOS : KONSTANTINOS JEAN ANDREOPOULOS - SP131758
JOÃO FRANCISCO ALVES ROSA - BA017023
RAFAEL BARROSO FONTELLES - RJ119910
VITOR DE ALMEIDA PIEDADE DE OLIVEIRA - RJ154805
RECORRIDO : FRANCISCO IVO RODRIGUES DE ARAÚJO
ADVOGADOS : ANTONIO BATISTA DE SOUSA - AC000409
LUENA PAULA CASTRO DE SOUZA - AC003241

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por BANCO VOLKSWAGEN S.A., fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, impugnando acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, assim ementado:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. USO DO MÉTODO DE GAUSS PELA CONTADORIA. HIPÓTESE EM QUE A REVISÃO JUDICIAL PAUTOU-SE NA FIXAÇÃO DA CAPITALIZAÇÃO ANUAL DOS JUROS. INADEQUAÇÃO DO MÉTODO GAUSS NO CASO CONCRETO. RESPEITO À COISA JULGADA. SUBSTITUIÇÃO PELO SISTEMA DE PRESTAÇÃO CONSTANTE A JUROS ACUMULADOS ANUALMENTE (SPCJAA)" (fl. 58 e-STJ).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fl. 103 e-STJ).

O recorrente sustenta violação dos arts. 322, § 1º, 492, 502 e 1.013 do Código de Processo Civil de 2015. Defende, em síntese, *"a legalidade da utilização do método do SAC para o cálculo dos juros no contrato firmado entre as partes"* (fl. 157 e-STJ).

Recurso respondido e admitido.

É o relatório.

DECIDO.

O acórdão impugnado pelo recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A irresignação não merece prosperar.

Na hipótese em tela, o Tribunal de origem consignou:

"Reside o cerno dos Declaratórios na atribuição de efeito infringente ao julgado alegando suposto julgamento extra petita de vez que pretendendo a Apelante afastar o método Gauss utilizado pela contadoria em primeiro grau para fazer incidir o Sistema de Amortização

Superior Tribunal de Justiça

Constante - SAC ao tempo que este órgão o fracionado cível concluiu pela aplicação do Sistema de Prestações Constantes a Juros Acumulados Anualmente - SSPJAA.

Todavia, consideradas as questões jurídicas relacionadas a juros e correções como 'pedidos implícitos', ou seja, passíveis de aferição e incidência à espécie pelo julgador mesmo quando não postulado pelo Autor, de ofício, pois decorrem do pedido principal e encontram previsão legal no § 1º, do art. 322, do Código de Processo Civil.

Configuram exceção à regra da adstrição e a tais matéria não se aplica o art. 492, do Código de Processo Civil e, via de consequência, a hipótese de julgamento extra petita.

Portanto, facultado ao julgador arbitrar de ofício juros e correção sem que tenha sequer postulado o Autor, também pode ajustar o sistema de cálculos dos dos mesmos para aquele que entender mais adequado, tal a espécie em exame.

(...)

Na espécie, pretendendo a parte embargada o cumprimento da sentença e compreendendo o método mais adequado para elaboração dos cálculos referentes a juros e correção monetária de modo a atender à parte dispositiva do julgado de primeiro grau, o sistema SSPJAA, a incidência deste sistema decorre do pedido principal, razão porque, ajustável no que entender o julgador mais pertinente.

Razão disso, afasto o arrazoadado de julgamento extra petita" (fls. 105/106 e-STJ).

Nesse contexto, diante das premissas fáticas estabelecidas no acórdão, a reforma do aresto demandaria o reexame de matéria fático-probatória, providência inviável em recurso especial, haja vista o óbice da Súmula nº 7/STJ.

A propósito:

"AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. TELEFONIA FIXA. RENDIMENTOS. BALANCETE MENSAL. CÁLCULO. COISA JULGADA. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. SÚMULA 7 DO STJ. ART. 1.022 DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE OMISSÕES. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. O cumprimento de sentença deve seguir a conclusão do título executivo, sob pena de ofensa à coisa julgada. Precedentes.

2. Não há como superar a conclusão do aresto estadual de que o cálculo dos dividendos da telefonia fixa deve seguir o critério fixado no título transitado em julgado deste feito, o qual determinou a utilização do balancete mensal.

3. Entender que o título executivo fixou um critério diferente do que o que foi afirmado pelo Tribunal de origem esbarra no óbice da Súmula 7/STJ.

4. Embora rejeitados os embargos de declaração, todas as matérias foram devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário

à pretensão da parte recorrente.

5. *Agravo interno não provido*" (AgInt no REsp 1.734.235/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 20/08/2019, DJe 23/08/2019, grifou-se).

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. VIOLAÇÃO DO ART. 535, I e II, DO CPC/1973. OMISSÃO E CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. COISA JULGADA. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. REQUISITOS. SÚMULA Nº 7/STJ. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. SÚMULAS NºS 5 E 7/STJ.

1. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional na hipótese em que o Tribunal de origem indica adequadamente os motivos do convencimento, analisando de forma clara, precisa e completa as questões relevantes do processo e solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese.

2. Inexiste o vício de contradição quando os argumentos apresentados no acórdão recorrido guardam coerência lógica, demonstrando, ainda, a compatibilidade entre os fundamentos e a solução dada à questão litigiosa.

3. A coisa julgada não impede apenas a propositura de ação idêntica após o trânsito em julgado, mas a discussão, por qualquer via (ação ou defesa), do resultado proferido em demanda anterior. Precedentes.

4. O acolhimento da pretensão recursal sobre a existência de liquidez, certeza e exigibilidade do título executivo extrajudicial demandaria o reexame de matéria fática e das demais provas constantes dos autos, atraindo o óbice da Súmula 7/STJ.

5. A discussão sobre o prazo prescricional aplicável à hipótese reclama a apreciação da natureza jurídica e do objeto do contrato (móveis/imóveis), encontrando obstáculo nas Súmulas nºs 5 e 7/STJ.

6. *Agravo interno não provido*" (AgInt no AREsp 628.985/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/12/2017, DJe 19/12/2017).

Ante o exposto, nego provimento ao recurso especial.

Deixo de majorar os honorários sucumbenciais, conforme determina o art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, haja vista a ausência de condenação da parte em honorários nas instâncias ordinárias.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator